

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: DISCUSSÕES E LACUNAS
IDENTIFICADAS A PARTIR DE UMA REVISÃO EXPLORATÓRIA**

Gabriele Aparecida Barbosa Betone
betonegabriele@gmail.com
Universidade Federal da Grande Dourados

Maiara da Silva Santos Lima
maiara.pedagogia@gmail.com
Universidade Federal da Grande Dourados

Morgana de Fatima Agostini Martins
morganamartins@ufgd.ed.br
Universidade Federal da Grande Dourados

EIXO TEMÁTICO: Práticas Pedagógicas Inclusivas e Metodologias Diferenciadas.

RESUMO: O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um documento que tem sido discutido na literatura como essencial para garantir o direito à educação dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), uma vez que é um recurso que auxilia o professor na prática pedagógica e proporciona ao aluno um ambiente preparado para suas necessidades. Na legislação brasileira não encontramos esse termo nos documentos, ele tem sido discutido e apontado como necessário na literatura, o documento que encontramos na legislação é Plano do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no entanto as orientações descritas para elaboração deste plano são referentes as informações que devem conter, mas não se encontra orientações de como ele deve ser elaborado. Este estudo se insere em uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo é apresentar parte dos achados da pesquisa que avaliou a usabilidade do Protocolo de Avaliação de Repertório Comportamental (PARC) para a elaboração de PEI. Para este resumo expandido, apresenta-se a revisão exploratória descritiva da literatura sobre o PEI, visando evidenciar o que vem sendo pesquisado e discutido nessa temática e as lacunas existentes nos estudos já realizados. Foram escolhidos três eixos temáticos, que foram separados e discutidos, a partir dos resultados dos estudos, sendo eles: Formação de professores sobre PEI; Práticas (avaliação, elaboração, implementação do PEI) e Legislação relacionadas ao PEI. Os resultados indicam que apesar do PEI ter sua relevância reconhecida, ainda há a necessidade de formações voltadas para os professores, sobre o PEI. Formações que visem a prática da elaboração e implementação deste documento, identificou-se ainda que o tema não possui uma unidade conceitual no Brasil. Além disso, embora ainda existam documentos legais que citem a necessidade de adaptações para o ensino dos alunos com deficiência, infelizmente não se pode identificar quais métodos, técnicas ou recursos podem ser utilizados.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Plano de Ensino Individualizado.

INTRODUÇÃO

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento fundamental para o planejamento pedagógico de estudantes com TEA. Porém apesar de ter sua relevância reconhecida, os estudos indicam que o tema enfrenta dificuldades conceituais e falta de formações específicas sobre a temática aos professores. Essa problemática evidencia a necessidade de pesquisar e sistematizar os estudos realizados, bem como identificar discussões e lacunas sobre a temática.

Diante desse contexto, Betone (2024) realizou sua pesquisa de mestrado com o objetivo de avaliar a usabilidade do Protocolo de Avaliação de Repertório Comportamental (PARC), este protocolo foi elaborado por Acosta (2023), que buscou construí-lo com uma linguagem mais voltada para o uso de professores. O PARC é um protocolo de avaliação que levanta os déficits e as potencialidades no repertório de crianças de 4 meses a 4 anos e 11 meses, após a avaliação os resultados permitir a construção de um PEI individualizado e efetivo, pois parte da identificação das necessidades do aluno.

Para avaliar a usabilidade deste protocolo, Betone (2024) realizou uma revisão de literatura de caráter exploratório descritivo com o objetivo de identificar o que as pesquisas têm discutido sobre o PEI, bem como as lacunas existentes nos estudos já realizados. O presente resumo foi elaborado a partir desse levantamento.

No que se refere ao PEI, Glat, Vianna e Redig (2012) afirmar que esse documento deve ser elaborado a partir das particularidades de cada aluno, contemplando tanto metas escolares quanto sociais, de acordo com suas necessidades específicas. Pereira e Pereira (2022), contribuem dizendo que a construção do PEI deve ocorrer de forma colaborativa, envolvendo a equipe pedagógica, profissionais da saúde e a família, de modo a reunir o maior número possível de informações sobre a criança. Nesse documento, devem estar definidas as metas a serem estimuladas, visando avanços no desenvolvimento do aluno.

Marin e Maretti (2014), destacam que o PEI não dever ser entendido como um processo de segregação, mas sim como uma estratégia voltada à inclusão dos Alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE), pois o PEI é capaz de proporcionar as mesmas oportunidades de aprendizagem oferecidas aos demais colegas, visto que possui as necessidades específicas do aluno. Ressalta-se que para que a inclusão seja efetiva são necessárias as adaptações para o aluno, seja de material ou no ambiente.

O PEI é um instrumento que viabiliza a prática pedagógica, uma vez que é elaborado a partir da avaliação e reúne informações sobre o desenvolvimento da criança, como o nível de escolarização já alcançado, suas habilidades, dificuldades e os objetivos a serem atingidos. Dessa forma, contribui para o processo de escolarização ao estabelecer metas alinhadas às necessidades específicas do aluno.

Na perspectiva de Barbosa e Carvalho (2019) para que a escola consiga atender as necessidades dos alunos, é fundamental que estejam dispostas a adaptar as ações pedagógicas, a partir das capacidades acadêmicas e cognitivas do aluno. Diante disso, Marin e Maretti (2014) colaboram ao apontar que o PEI possibilita a adaptação e a personalização dos processos de ensino, uma vez que possui as medidas necessárias para favorecer a aprendizagem do aluno. Nele estão reunidas as informações que norteiam a prática do professor.

MATERIAIS E METÓDOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão da literatura de caráter exploratório-descritivo, objetivando analisar as discussões existentes e identificar lacunas acerca do que tem sido discutido no campo acadêmico sobre o PEI.

O levantamento bibliográfico dos trabalhos foi realizado em duas bases de dados: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tendo em vista que na literatura encontramos várias denominações para o PEI, foram utilizados os seguintes descriptores: “Plano Educacional Individualizado”; Planejamento Educacional Individualizado”; “PEI”; “Plano de Desenvolvimento Individualizado”; “PDI” e “Plano Individualizado”. Não foi estabelecido recorte temporal, na tentativa de encontrar de fato tem sido pesquisado sobre o PEI.

A partir do levantamento foram selecionados 24 trabalhos, sendo cinco Teses e 19 Dissertações. Os temas abordados nos 24 trabalhos apontaram algumas semelhanças nas questões tratadas nos estudos, então para discutir os trabalhos foi criado três eixos temáticos, sendo eles: Formação de professores sobre PEI; Práticas (avaliação, elaboração, implementação do PEI) e Legislação relacionadas ao PEI. A análise foi realizada de forma qualitativa, priorizando a interpretação crítica dos achados e a identificação de tendências, divergências e lacunas na literatura sobre o PEI.

RESULTADOS

O Plano Educacional Individualizado (PEI) foi identificado na literatura da pesquisa realizada com diferentes denominações, como Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), Plano Educacional Individualizado (PEI), dentre outros.

Identifica-se a predominância de estudos desenvolvidos no mestrado. Os trabalhos foram desenvolvidos na Educação Infantil, Ensino Fundamental; Médio e Superior e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A maioria dos trabalhos envolveu como participantes os professores da Educação Especial e outros avaliaram documentos que regulamentam o PEI. Foi identificado

também na revisão que a deficiência intelectual é o assunto mais abordado em pesquisas no contexto brasileiro.

No eixo, formação de professores sobre PEI foi identificado que os trabalhos discutiam a importância da capacitação docente para a efetiva elaboração, implementação e utilização do PEI. Os estudos apontaram que embora os professores afirmem que as formações continuadas são valiosas, muitas vezes apresentam limitações, pois na maior parte são voltadas para conteúdos teóricos e pouca adaptação para a prática profissional. A colaboração entre profissionais da educação, saúde família é destacada como essencial para o sucesso do PEI, também foram apontadas a necessidade de formações continuadas, pesquisa-ação e grupos de estudos que ampliem o conhecimento dos docentes sobre as necessidades específicas dos alunos, especialmente aqueles com deficiência intelectual e transtorno do espectro do autismo (TEA). De modo geral, os trabalhos destacam que a formação docente é fundamental para garantir a inclusão efetiva e a qualidade das intervenções pedagógicas.

O eixo que discute as práticas, aborda que a avaliação, elaboração e implementação do PEI, tem sido um desafio nas escolas. Esses desafios são decorrentes da formação docente, pois alguns professores desconhecem sobre o documento e possuem dificuldades de articular esse documento com os profissionais da saúde e as famílias. O PEI foi apontando nos estudos como um documento que deve servir como guia durante a intervenção para apoiar professores na inclusão dos alunos. Evidenciou-se ainda a necessidade de elaborar PEIs mais estruturados, construídos a partir de uma avaliação do aluno. Identificou-se que a aplicação do PEI contribui para aprimorar a prática pedagógica, potencializar e promover o desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência.

Além disso, possibilitou a integração do aluno nas atividades e no envolvimento com os demais colegas. A maioria dos trabalhos apontaram que o PEI é uma ferramenta que auxilia no processo de inclusão, mas sua elaboração deve estar centrada nas necessidades do aluno e sua construção deve contar com todos que o acompanham, isto é, a elaboração do PEI demanda a participação colaborativa de professores, familiares e demais profissionais sendo fundamental que instrumentos de avaliação mensurem de forma clara as metas e o nível de suporte do aluno.

O último eixo que aborda os assuntos da legislação relacionados ao PEI, aponta que a regulamentação e o enquadramento legal deste documento ainda apresentam lacunas significativas. Observa-se uma diversidade de modelos e concepções e PEI em diferentes países, refletindo variações na forma como a inclusão escolar é entendida e implementada. No Brasil, o PEI carece de uma legislação nacional unificada, sendo regulamentado de maneira fragmentada por dispositivos municipais ou estaduais. As pesquisas apontam que em instituições de ensino, os documentos que orientam a implementação do PEI são escassos ou pouco compreendidos, o que impacta diretamente na qualidade da inclusão de alunos com deficiência ou TEA. Identificou-se ainda que

os professores reconhecem a importância do PEI, muitos não se sentem preparados para aplicá-lo de forma adequada.

A legislação e dos documentos normativos são considerados ferramentas de apoio, mas a efetividade do PEI depende de práticas colaborativas, planejamento adaptado às necessidades individuais do aluno. Este eixo aponta que, para que o PEI cumpra seu papel de promover a inclusão efetiva, é necessário que haja não apenas normas e diretrizes legais claras, mas também formação continua e suporte aos professores, bem como articulação entre todos os agentes envolvidos no desenvolvimento do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão exploratória retomando a problemática evidenciou que o tema enfrenta dificuldades conceituais e falta de formações específicas sobre a temática aos professores, necessitando de pesquisa e sistematização dos estudos realizados, para identificar discussões e lacunas sobre a temática.

Como apontado nos estudos os professores não sabiam conceituar o PEI, essa informação reforça a ideia a necessidade de formações específicas sobre PEI. Sendo assim, é necessário que existam formações docentes que auxiliem os professores em suas necessidades, e que discutam métodos, técnicas ou recursos podem ser utilizados na elaboração do PEI.

Analizando as pesquisas o levantamento confirmou dentre os três eixos temáticos selecionados que a formação docente continua sendo um desafio, os professores não se sentem preparados para atenderem alunos com deficiência, e a necessidade de formações para estes profissionais, bem como necessidade de formações específicas sobre as práticas relacionadas ao PEI, e a análise também evidencia desafios conceituais tanto na literatura como na legislação, evidenciando que o PEI não possui uma unidade conceitual no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Priscila de Carvalho. **Protocolo de Avaliação de Repertório Comportamental (PARC) na construção de Planos de Ensino Individualizado para crianças com Transtornos do Espectro do Autismo.** 2023. 356f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/6060/1/PrisciladeCarvalhoAcosta.pdf>>. Acesso em: 24 ago de 2025.

BARBOSA, Vânia Benvenuti.; CARVALHO, Marcos Pavani. **Conhecimento necessário para elaborar o Plano Educacional Individualizado – PEI.** Rio Pomba, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Rio Pomba, 2019. 23p. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>>. Acesso em 23 ago de 2025.

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

BETONE, Gabriele Aparecida Barbosa. **Usabilidade do Protocolo de Avaliação de Repertório Comportamental (PARC) para elaboração de Plano Educacional Individualizado de crianças com TEA na Educação Infantil.** 2024. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/6485/1/GabrieleAparecidaBarbosaBetone.pdf>>. Acesso em: 24 ago de 2025.

GLAT, Rosana.; VIANNA, Márcia Marin.; REDIG, Annie Gomes. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista, Ciências Humanas e Sociedade.** RJ, EDR, v. 34, n.12, p. 79-100, 2012. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>>. Acesso em: 22 ago de 2025.

MARIN, Márcia.; MARETTI, Márcia Baptista. Ensino Colaborativo: Estratégias de Ensino para a Inclusão Escolar. In: Seminário Internacional de Inclusão Escolar: práticas em diálogo, 2014. **Anais.** Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-marin_e_maretti.pdf>. Acesso em: 23 ago de 2025.

PEREIRA, Marta Aparecida de Mello.; PEREIRA, Ana Paula Camilo. Planejamento Educacional Individualizado: Desafios e avanços nas práticas colaborativas de ensino. **Colloquium Humanarum**, v.19, p. 1-15, 2022. Disponível em: <<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4180/3381>>. Acesso em: 24 ago de 2025.